

Comissão Permanente “Assuntos Económicos, Empresas Municipais e Turismo”
ATA Nº 04/2022

Aos trinta dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e dois, pelas 18h 30m, reuniu na Empresa Bragahabit EM, sita na Rua D. Paio Mendes, nº 51 em Braga, a Comissão Permanente “Assuntos Económicos, Empresas Municipais e Turismo”, convocada nos termos do disposto no artigo 47º do Regimento da Assembleia Municipal, pelo Senhor Presidente, Prof. João António de Matos Nogueira, e que contou com a seguinte ordem de trabalhos: -----

Ponto 1: Aprovação da ata da reunião anterior-----

Ponto 2: Visita à sede social da empresa -----

Ponto 3: Apresentação da Bragahabit EM, - objetivos, estratégias e funcionamento ----

Ponto 4: Outros assuntos -----

Estiveram presentes os membros que representam os seguintes partidos: -----

Ana Margarida Macieira em substituição de Rui Nuno Gonçalves Marques do PSD ----

Manuel Joaquim da Silva Pinto Barbosa do PSD. -----

João Filipe Monteiro Marques, do PSD. -----

Maria do Pilar Araújo Teixeira, do PSD. -----

Paulo Manuel Vilaça Ferreira, do PSD. -----

João António de Matos Nogueira do PS.-----

Paula Julieta Ramada Ferreira Caramelo do PS.-----

José Eduardo Gouveia Silva Pinheiro do PS. -----

Diogo Carlos Mendes Almeida da Silva do CDS-PP. -----

António Filipe D. Melo Peixoto do CHEGA.-----

António Meireles de Magalhães Lima do BE.-----

José Carlos Vaz da Silva do ALIANÇA. -----

Faltaram à reunião, os seguintes elementos: -----

Pedro Miguel Casinhas da CDU. -----

João Carlos Fernandes da Rocha, Presidente da Junta de Freguesia de Sequeira do PS e

Israel Clímaco Martins Barbosa Araújo Pinto, Presidente da Junta de Freguesia de Priscos, das Freguesias Independentes -----

Participaram ainda nesta reunião, Pedro Borges de Macedo, na qualidade de Observador pelo PPM; Francisco José R. Pimentel Torres em substituição de Bruno Machado,

Observador pela Iniciativa Liberal e Carlos Alberto Sousa Duarte Neves, Observador pelo CDS-PP.-----

O Presidente da Comissão, João Nogueira iniciou os trabalhos agradecendo ao Dr. Carlos Videira, o acolhimento e disponibilidade dispensados para esta reunião, indicando o planeamento da mesma, a iniciar com uma exposição sobre a Bragahabit EM, seus objetivos, estratégias e funcionamento, permitindo de seguida, a apresentação de questões por parte dos presentes, e por fim a visita às instalações, por forma a permitir um melhor conhecimento da contextualização desta Empresa Municipal.-----

O Presidente João Nogueira deu início ao primeiro ponto da ordem de trabalhos, agradecendo a disponibilidade do Carlos Vaz que elaborou a ata nº 3, por incapacidade temporária da secretária desta Comissão, informando não ter propostas de alteração da ata da reunião anterior pelo que a mesma foi colocada à apreciação e votação, tendo sido aprovada por maioria dos membros da Comissão presentes, à exceção de uma abstenção por parte de António Lima do BE, por não ter participado na mesma.-----

O Presidente desta Comissão colocou aos presentes um apontamento sobre uma proposta do Rui Marques, podendo ser analisada a possibilidade de se poder alterar a programação da próxima semana, onde se encontram previstas duas reuniões, uma a realizar no dia 6 e outra no dia 7 de junho, na InvestBraga. Colocada a questão aos presentes foi sugerido que apenas se realizasse uma reunião podendo ser realizada a outra na semana seguinte, no dia 13 de junho. Assim, foi deliberado nesta reunião de Comissão, que a reunião prevista para o dia 6 de junho fosse transferida para o dia 13 de junho para se apreciar a “Recomendação” apresentada pelo Presidente da Junta de Freguesia de Gualtar João Vieira, sobre varredura municipal, mantendo a Ordem de Trabalhos, o mesmo local e a mesma hora.-----

De seguida, o Presidente da Comissão, João Nogueira deu a palavra ao Dr. Carlos Videira, tendo a apresentação decorrido nos termos do documento anexo, que aqui se dá por integralmente associado a esta ata, considerando-o reproduzido no modo de apresentação da BragaHabit EM, seus objetivos, estratégias e funcionamento, e proporcionada aos membros desta Comissão. Igualmente foram anexados dois panfletos desta empresa municipal relativos ao 1º Direito - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação e outro sobre banco de bens e equipamentos BragaHabit.-----

Em simultâneo, foram sendo colocados pedidos de esclarecimento pelos presentes, e os mesmos foram prestados, pelo que se considera que o ponto 3 desta agenda se encontra tratado.-----

Na sequência desta apresentação, o Presidente da Comissão introduziu o debate, afirmando que os problemas citados por Carlos Videira são também problemas sentidos no passado, de natureza social e de grande complexidade, compreendendo perfeitamente o que sente o atual administrador, porque também viveu esses problemas, enquanto Administrador dessa Empresa. Considera esta empresa a mais difícil de gerir porque exige uma grande sensibilidade social. Este foi um retrato fiel das dificuldades e dos problemas, pelo que é preciso trabalhar todos os dias em busca de soluções, disse.-----

Aberto o período de debate, foram colocadas questões, iniciando pelo Filipe Melo, que cumprimentou Carlos Videira e lhe desejou um bom mandato. Em relação ao resultado líquido do exercício de 2020 com saldo positivo de 142.321,39 Euros e ao resultado líquido do exercício de 2021 com saldo negativo no valor de 73.050,05 Euros, em que se percebe o decréscimo de cerca de 215.000 Euros, questiona o que está na sua origem, uma vez que as despesas são orçamentadas de ano a ano e no caso, verifica-se uma derrapagem, ainda que o Administrador Carlos Videira nada tenha a ver com essa gestão, importa corrigir e equilibrar e perceber quais as falhas que podem estar na sua origem. A segunda questão é relativa à necessidade alimentar das crianças carenciadas em que, por vezes a única refeição é feita na escola. Pergunta se poderá haver um aumento da alimentação distribuída, nomeadamente com recurso a desperdícios e se sim em que proporções e o trabalho que está a fazer, ou seja, que tipo de ação têm previsto para antecipar e prevenir situações de futuro risco, que exijam redução das necessidades alimentares, em setor que nos preocupa.-----

Joaquim Barbosa afirma que nenhuma criança deixou de receber refeições e corrobora a questão anterior sobre derrapagem ao orçamento afirmando que no seu entender, essa é uma das duas questões com que se depara a Bragahabit, EM e que se pode resolver, pelo que, nesse sentido, apelou à capacidade de gestão do atual Administrador executivo, Carlos Videira. A outra questão relaciona-se com a modalidade de Subarrendamento, pelo facto dos senhorios pretenderem resgatar as suas próprias casas, o que é um problema complicado que a Bragahabit, EM terá que resolver.-----

Paula Caramelo considera que a Bragahabit, EM atribuiu apoios ao nível do fornecimento de refeições a crianças, no momento oportuno, ainda que os pais possam não ter pago os valores devidos. Considera ainda que esta Empresa Municipal tem competências específicas no âmbito da Habitação Social, pelo que, a intervenção em problemas futuros que se pretendam antecipar ao nível do problema colocado pelo Filipe Melo, exigem uma intervenção articulada e cruzada com outros serviços, o que

ultrapassa as competências desta Empresa. A questão que pretende colocar é a de saber qual o contributo que os Censos de 2021 deram ao diagnóstico que vem vindo a atualizar a Estratégia Local de Habitação, a cargo da Bragahabit, EM, por mandato do Município de Braga. Pergunta se os Censos de 2021 trazem algo de novo, relativamente aos grupos vulneráveis que vinham a ser identificados como principais nos apoios atribuídos por esta Empresa? Foi desocultado algum grupo específico? É visível a persistência de alguns indivíduos Sem abrigo, nos mesmos lugares públicos e em períodos longos. Qual a realidade atual?-----

Em esclarecimento, Carlos Videira refere que em relação às refeições fornecidas, passou a haver uma ação articulada com o aproveitamento dos excedentes que passaram a ser dirigidos para o parceiro “Virar a Página” sendo posteriormente, encaminhadas as pessoas com carência alimentar para esse projeto.-----

Relativamente à derrapagem ao orçamento, em contexto da pandemia que se viveu, o problema teve origem na contratação de recursos humanos em 2020, por força do aumento da delegação de competências, através da celebração de contratos individuais de trabalho com os colaboradores, pagos a 14 meses, o que não sucedia anteriormente, já que se recorria a prestação de serviços ou a CEIs. Será necessário racionalizar os recursos humanos, o que se fará. Estamos a avaliar a melhor forma de garantir a racionalidade destes custos e a sustentabilidade da Empresa, afirmou Carlos Videira.----

Sobre os contributos dos censos 2021, estes estão de acordo com a concessão dos apoios através do RADA, onde existe uma atomização do conceito de família. Temos cada vez mais pessoas a precisar de casa e cada vez menos pessoas em casa. As famílias monoparentais cresceram de 6% para 13% e as pessoas em isolamento cresceram de 12% para 21%, o que é um acréscimo significativo. São necessárias mais casas, como se depreende.-----

Relativamente aos Sem abrigo, temos o projecto ROOF, em parceria com a Câmara Municipal levado a cabo pelo grupo de trabalho dos sem-abrigo (NPISA) que visa promover a integração das pessoas em situação de sem abrigo, através de soluções habitacionais inovadoras de âmbito local. Constam à data, cerca de 15 indivíduos Sem Teto, na classificação que se faz, sendo 14 do sexo masculino e 1 do sexo feminino.

Foi protocolada uma nova casa com a Cáritas para este efeito, que será gerida pelo município. -----

O Presidente da Comissão abriu novo período para se colocarem as últimas questões, sendo que, Carlos Neves intervém, cumprimentando e saudando Carlos Videira pela

apresentação feita, a qual denota uma preocupação com o rigor na gestão, que é o primeiro requisito para se pensar numa estratégia mais do que habitação, seja de reintegração, enquanto instrumento para a integração social, sendo esta a questão que quer colocar. Usando uma metáfora de *hardware* e *software* pergunta como se coloca o elevador social, quando isto é possível de ser feito. O mais difícil é reabilitar as pessoas. Que política de reintegração é que tem a Bragahabit, EM? -----

Pedro Borges de Macedo questiona sobre o incumprimento relativamente ao pagamento das rendas por parte de alguns inquilinos, facto que não os penaliza porque tal medida criaria situação de riscos diversos à família. Ora, na sua opinião, os inquilinos e respetivas famílias que cumprem os seus deveres ficam prejudicados, não sendo justo. Pergunta se será possível ter um plano onde se possam privilegiar/premiar as famílias cumpridoras?-----

João Marques coloca a questão da construção/reabilitação e ao considerar os valores atuais dos materiais de construção, pergunta se haverá capacidade para fazer face aos compromissos assumidos, cumprindo o orçamento da Empresa Municipal, e dando às pessoas as condições dignas de habitação? Há algum plano de estratégia de risco para se for preciso abandonar alguns projetos, improvisar algo? Isto está já a ser ponderado?----

Carlos Vaz reconheceu o trabalho que está a ser feito, saudando o Carlos Videira e coloca o assunto relativo ao padrão da população abrangida pelos apoios da Bragahabit, EM, nomeadamente das famílias monoparentais, parecendo que, apesar de ter havido alteração por aumento de casos registados, as respostas mantêm-se ao formato do que era antes. Cita um caso da Roménia. Questiona se para um padrão diferente, haverá necessidade de alterar respostas e criar novas ofertas? A outra preocupação é a do enquadramento da pobreza e do cumprimento das regras. Vê como positivo o premiar os cumpridores mas por vezes esta situação hostiliza os incumpridores, pelo que não é fácil atingir o equilíbrio. Pergunta se existe um plano e se é possível avaliar o impacto das medidas sobre a população abrangida pelos apoios?-----

Carlos Videira responde sobre a reintegração social, reafirmando que a Empresa tem que dar resposta ao 1º Direito e ao número de famílias com pedido de apoio habitacional (329) e essa é a maior preocupação. Claro que também se pretende fazer o trabalho da reintegração e da capacitação mas, agora não vamos ter ilusões. Esse é um trabalho muito mais lento e que é feito com os parceiros. Salientou os trabalhos que fazem as Associações de Moradores. Referiu outros programas implementados por outros serviços que acrescentarão valor no processo da capacitação das pessoas.

Uma das medidas que premeia os cumpridores é a existência do banco de bens e equipamentos cujo acesso ao processo de atribuição de bens e equipamentos depende da não existência de dívidas ou outras situações irregulares para com a Bragahabit e o Município de Braga.

Caso um inquilino necessite de obras em casa, asseguram-se essas obras se a pessoa regularizar a situação, caso se encontre em incumprimento. Fazem ainda acordos de pagamento de dívidas, a 10 anos.

O 1º Direito vai permitir fazer obras ainda que seja difícil fazer muitas, no ano de 2022.

A situação da Empresa é muito difícil e existem constrangimentos, nomeadamente pela aplicação da Lei nº 52/2012, havendo necessidade de um regime de exceção de aplicação na habitação social, tal como existe para a cultura.

Refere que o setor da construção tem que apresentar soluções diferentes ao nível da necessidade de construções modulares que se ajustem às necessidades das pessoas. O que também sucede relativamente à mobilidade condicionada de alguns inquilinos e que exige a colocação de rampas de acesso, substituição de banheiras e outros.-----

Terminada a apresentação e o esclarecimento às questões levantadas, o Presidente da Comissão, João Nogueira concluiu que a questão da habitação social é um desafio permanente e constante, com resolução sempre muito difícil, nunca estando resolvido. Este será naturalmente um espaço de debate, de concretização de propostas que poderão ser aqui apresentadas. Aliás, parece-me que a própria administração está premiável a propostas inovadoras que sejam apresentadas para serem testadas. -----

Por fim, agradeceu ao Carlos Videira, a clareza da exposição, a franqueza para abordar algumas situações difíceis que politicamente podem ser interpretadas de forma diferente, tendo sido abordadas as dificuldades sentidas. Como aqui foi dito, a BragaHabit tem algumas propostas ainda para serem apresentadas, atualizadas e debatidas no futuro e, portanto, cá viremos novamente. -----

De seguida, o Presidente informou da visita a efetuar às instalações da Empresa. -----

E nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo Presidente desta Comissão João António de Matos Nogueira e pela Secretária, Paula Julieta Ramada Ferreira Caramelo.

O Presidente, -----

A Secretária, -----